

**HABEAS CORPUS Nº 551.606 - RJ (2019/0372347-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : MARCELO DA SILVA CÂNDIDO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ALCIR VIEIRA PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ALCIR VIEIRA PEREIRA.

Segundo informações prestadas pelo TJRJ, o paciente foi condenado, na data de 5/9/2005, pelos crimes previstos no art. 180, §1º, (oito vezes), na forma do art. 70, e art. 288, todos na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 7 anos de reclusão e 21 dias-multa, pelo crime de receptação qualificada, e 1 ano e 10 meses de reclusão e pagamento de 13 dias-multa, pelo crime de formação de quadrilha, totalizando a reprimenda 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, e 34 dias-multa.

Narra o impetrante que o paciente foi surpreendido com a expedição de mandado de prisão referente a crimes cometidos no ano de 2003, cujas ações penais já imaginava extintas.

Neste *writ*, pugna-se, em síntese, pela extinção da pretensão executória em razão do advento da prescrição, ao fundamento de que entre o último marco interruptivo — trânsito em julgado para o Ministério Público - 20/9/2005 — e os dias atuais já teria decorrido o prazo prescricional.

Prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

DECIDO.

Eventual pleito de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória demanda a análise de diversas informações, não apenas quanto ao trânsito em julgado para a acusação e início da execução da pena, como também acerca da ocorrência de incidentes que interferem diretamente na contagem do prazo prescricional, nos termos do disposto nos arts. 116, parágrafo único e 117, incisos V e VI, ambos do CP, *in verbis*:

Art. 116. [...]

Parágrafo único - Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por

outro motivo.

Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se:

[...]

V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;

VI - pela reincidência.

Nesse contexto, as informações constantes dos autos não se mostram suficientes para a declaração da prescrição executória, uma vez que o pleito não foi previamente analisado pelo juízo das execuções, o qual deverá ponderar acerca de eventuais incidentes executivos que pudessem refletir na contagem do prazo prescricional.

Com efeito, em virtude de todas as possíveis intercorrências, como já assinalado, cumpre ao apenado formular a pretensão primeiramente no juízo das execuções. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE CORRUPÇÃO ATIVA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INVIABILIDADE DA ANÁLISE. MATÉRIA A SER APRECIADA PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INOVAÇÃO DE TESES JURÍDICAS. QUESTÕES NÃO DEDUZIDAS NA INICIAL. OMISSÃO OU OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS.

1. Conforme dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no decisum.

2. Os aclaratórios constituem clara inovação recursal, já que visam à apreciação de matéria não oportunamente arguida, o que não se coaduna com a via eleita, que tem a finalidade de sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado, inexistentes na espécie.

**3. Não possuem os autos elementos suficientes para análise da questão atinente à prescrição da pretensão executória, pois não há informações sequer acerca do início da execução da pena, podendo, ainda, sobrevir diversos incidentes que têm reflexo na contagem do prazo prescricional, como fugas, recapturas, prisões em flagrantes e condenações por outros delitos, o que acarreta inclusive a reunificação das penas, devendo a matéria ser submetida à apreciação do Juízo das Execuções.**

4. Quanto ao pleito de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, além de tratar-se de inovação de tese recursal, a qual sequer foi deduzida perante as instâncias ordinárias, configurando, pois, hipótese de supressão de instância, pressupõe, para a sua análise, o acolhimento do pedido de extinção da punibilidade pela prescrição dos dois primeiros delitos, o que, como visto, não pode ser realizado nesta sede.

5. *Embargos rejeitados.* (EDcl no HC 143.026/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 06/12/2011).

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator